

**VII RAM - UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007** - GT 02: Estudos sobre engajamento militante e mobilização coletiva. Coordenação: Horacio Federico Sívori. (CLAM/IMS, UERJ, Brasil) e Virginia Vecchioli (UBA, Argentina)

**Mutações da experiência militante:  
um estudo a partir do movimento hip hop de Campinas**

Rosangela Carrilo Moreno  
Ana Maria F. Almeida  
UNICAMP, SP, Brasil

2007

*VII RAM – GT 02  
Rosângela C. Moreno e Ana Maria F. Almeida  
Mutações....*

## Mutações da experiência militante: um estudo a partir do movimento hip hop de Campinas<sup>1</sup>

Rosângela Carrilo Moreno  
Ana Maria F. Almeida  
UNICAMP, SP, Brasil

Como se cria uma associação militante? Que elementos e/ou processos são necessários para que um grupo de indivíduos aja em comum acordo e chegue a criar uma organização?

Essa questão é uma porta de entrada para uma indagação sobre a institucionalização dos movimentos sociais, isto é, sobre as iniciativas de articulação da ação de vários indivíduos no interior de um grupo que define (ou se esforça para) definir o seu papel, suas regras de funcionamento ou, talvez mais precisamente, uma identidade passível de ser reconhecida tanto pelos próprios membros, quanto por aqueles que estão fora do grupo e, entre esses últimos, particularmente, por aqueles contra os quais se posicionam.

Uma das explicações para essa questão avançadas pela literatura lança o foco sobre certas transformações estruturais que, afetando as vidas das pessoas, faria aumentar o grau de frustração dessas. O surgimento das associações (ou grupos de interesse, numa linguagem cara à ciência política norte-americana) é visto nessa bibliografia como uma consequência mais ou menos natural da difusão desse estado de espírito pela população, o que provocaria, por sua vez, a criação de mais associações. Para Truman (1951), no muito citado estudo sobre o “*Political Process*”, isso funcionaria em ciclos ou “ondas”:

“Quando uma associação é formada (...), no desempenho da sua função ela pode perturbar o equilíbrio de outros grupos. (...) Estes, por sua vez, vão provavelmente criar associações para corrigir [essas] perturbações. A formação de associações, assim, tende a ocorrer em ondas” (Truman, 1951: 59)<sup>2</sup>

Essa maneira de pensar a questão deixa de lado pelo menos um aspecto que nos parece crucial e que diz respeito ao trabalho de organização necessário para a criação de uma associação que represente interesses, isto é, para a instituição de um grupo enquanto “vontade e

---

<sup>1</sup> Esse texto apóia-se em resultados de pesquisa das autoras sobre a Circulação Internacional e Transformações do Espaço Político Brasileiro. Agradecemos o apoio financeiro da Capes e da Fapesp (proc. no. 06/56499-0).

<sup>2</sup> Ver também McFarlane (1991)

representação” na maneira pensada por Pierre Bourdieu no seu trabalho sobre o *Espaço social e gênese das classes* (2000: 159-160).

Em trabalhos mais recentes, alguns autores já enveredaram pela tentativa de circunscrever os elementos necessários ou presentes quando nasce uma associação. Eles chamam a atenção para as características dos indivíduos envolvidos, particularmente para as habilidades que possuem e que são empregadas na criação das associações. Uma situação parece ser particularmente recorrente: o fato de que os indivíduos que estiveram à frente da criação de associações nas décadas de setenta e oitenta haviam sido antigos militantes na década de sessenta, seja nos movimentos pelos direitos civis e anti-guerra do Vietnã nos Estados Unidos (Berry, 1993), seja no movimento sindical (Sawicki, 2003).

Essa bibliografia chama atenção para o fato de que a formação de uma associação num grande número de casos é impulsionada por indivíduos que passaram por um processo de “aprendizagem” em experiências anteriores, nas quais colocaram a mão na massa, por assim dizer. Por um lado, aprenderam que um movimento agressivo de protesto podia dar bons resultados e que o governo poderia ser influenciado por organizações de cidadãos (Berry, op. cit.: 132). Por outro aprenderam “técnicas de mobilização” e desenvolveram uma rede de conhecimento com jornalistas e outros potenciais suportes do movimento (Sawicki, op. cit.: 138).

Nesse artigo, nós discutimos essa questão a partir de uma pesquisa que focalizou um grupo de jovens *rappers* que se identificam como negros, muito atuante na origem do “movimento hip hop” de Campinas, em meados dos anos noventa. As ações do grupo foram fundamentais para dar concretude e visibilidade à idéia de que havia um “movimento hip hop” na cidade, qual era ele, que propostas tinha, que iniciativas defendia. Essas ações foram empreendidas em meio a aliança e disputas com outros jovens também envolvidos com o hip hop e/ou com outros movimentos, como o movimento negro ou de estudantes secundaristas. Em 2001, ao final de um longo processo, seus membros conseguiram o apoio da prefeitura municipal da cidade, assumida pelo PT naquele ano, para a criação da *Casa do Hip Hop de Campinas*<sup>3</sup>. A Casa funcionou como um espaço de discussão

---

<sup>3</sup> Para a reconstituição da história desse grupo, assim como dos percursos sociais dos indivíduos particulares, a pesquisa apoiou-se em dados produzidos por meio de um estudo de sua produção artística, de entrevistas minuciosas, realizadas em uma ou duas rodadas, de observações dos seus encontros, das suas atividades ligadas ao hip hop e do contato com os políticos profissionais da cidade, todas registradas em caderno de campo. Além disso, foram realizadas entrevistas com políticos profissionais ligados ao grupo, bem como o estudo de matérias de jornais, textos de legislação, folhetos e documentos diversos produzidos pelo grupo.

e desenvolvimento de atividades do hip hop, aglutinando artistas e estabelecendo uma proposta de formação nas artes do hip hop entre 2002 e 2004, quando foi desativada pelo novo prefeito eleito<sup>4</sup>.

Esse artigo centra-se no período em que os jovens em foco, já engajados no rap, criam uma associação que congregava praticantes do hip hop para além da cena *rapper*, incluindo grafiteiros e dançarinos de break, além de um grupo de moças que, embora, não praticantes das modalidades de hip hop citadas, davam um importante suporte intelectual e logístico ao grupo<sup>5</sup>.

A associação recebeu o nome de *Posse Rima e Cia.*<sup>6</sup> e os seus membros, principalmente o grupo que esteve na origem da sua constituição, são aqueles que vão se empenhar na luta pela criação da Casa do Hip Hop de Campinas. Nosso objetivo aqui é explorar uma visada analítica que permita compreender o engajamento do grupo na criação de uma associação para defender os interesses dos praticantes do hip hop na cidade e os elementos que contribuíram para que fossem bem sucedidos.

O eixo analítico trabalhado aqui inspira-se nos trabalhos desenvolvidos por Michel Offerlé (2004) ou, pelo menos, pelo aporte “construtivista” que ele utiliza a partir de Bourdieu, interessado em “estudar como os agentes sociais constroem continuamente a realidade sobre a qual atuam e pela qual são atuados”.

Focalizando o grupo de jovens rappers em questão, nosso interesse, assim, estava em compreender a passagem de uma militância política limitada à composição e execução de canções de protesto na forma de rap para a criação de uma organização e o entabulamento de uma ação política mais parecida com aquela desenvolvida por partidos políticos e movimentos sindicais.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, à guisa de introdução, traçamos brevemente

---

<sup>4</sup> Ainda a respeito da casa, cabe sublinhar que o novo prefeito autorizou sua reabertura em 2006, embora com uma diminuição importante no escopo de suas atividades.

<sup>5</sup> Por volta do ano 2000, inspirado pelas discussões em andamento na cena hip hop norte-americano, o grupo passa a identificar o trabalho desenvolvido por essas moças como o 5o. elemento do hip hop, o “conhecimento”. Esse grupo seria, nesse discurso, aquele que guardaria o “conhecimento” do hip hop. No estado atual de formulação da questão, os outros quatro elementos do hip hop são: o DJ (disk-jockey), o MC (mestre de cerimônias), o break e o grafite.

<sup>6</sup> Nas palavras de uma participante desse universo que veio a desenvolver uma dissertação de mestrado sobre mulheres no hip hop, “*Posse* é uma organização de formação autônoma que concentra, no caso de Campinas, um número variado de grupos de rap que buscam ações coletivas mais estruturadas dentro de seu território.” (LIMA, 2005: 6).

### *Da adesão ao rap à organização coletiva*

Do grupo que se empenhou na materialização da Casa do Hip Hop, foi um grupo de cinco rapazes rappers e três moças que deram o impulso inicial e se empenharam no trabalho de mobilização coletiva.

Procuramos, assim, a partir de suas trajetórias, compreender as disposições que possibilitaram que jovens oriundos de grupos economicamente desfavorecidos pudessem se empenhar nesse tipo de investimento.

Um estudo do percurso social desses jovens e a de suas famílias mostrou que sua adesão ao rap, uma das formas expressivas do hip hop<sup>7</sup>, foi dada pela identificação com o conteúdo das canções que tratavam das denúncias das condições da periferia ou do racismo. O grupo formado partilhava de um conjunto de disposições que favoreceram a entrada tanto na militância artística quanto em um militância mais estruturada, de caráter organizativo. Em primeiro lugar, o grupo de rappers em questão são oriundos de famílias que experimentaram uma modesta mobilidade social. Isso os faz preparar os filhos para continuar nessa trajetória de ascensão social pelo trabalho, levando-os a investir na escolarização mais do que era comum para as crianças desse grupo social. Além disto, os pais se preocupam em inculcar uma moral baseada na crença de que o trabalho digno e honesto era uma condição para a ascensão social via trabalho para a qual são preparados. Trata-se aqui de famílias que contam com a presença da mãe e do pai durante a maior parte da infância e pré-adolescência dos filhos. Além disso, são famílias inseridas numa densa rede de relações sociais, formada principalmente por parentes próximos que se ajudam e compõem o principal espaço de sociabilidade dos jovens quando ainda crianças. Por fim, são famílias que se identificam como negras e têm algum contato com a música. Os pais, mas principalmente as mães, ouvem "black music" em casa, Tim Maia, Jorge Ben, samba-rock. Também freqüentam bailes onde se dança ao som de música desse tipo. Alguns pais tocam instrumentos.

A entrada no ensino médio é visivelmente um momento de ruptura para esses jovens. Em primeiro lugar, esse momento coincide com a aquisição da casa própria por parte dos pais e sua mudança para bairros mais periféricos, onde há mais violência e menos estrutura pública. Os

---

<sup>7</sup> As demais expressões são o *break* (dança), o *grafite* (expressão plástica, pintura, em forma de desenho e letras), e o *conhecimento* (que significa conhecer a própria realidade de exploração a que são submetidos os negros), que se acrescentou mais recentemente.

jovens se sentem como "outsiders" e são obrigados a reconstituir sua rede de amizades. Também é nesse momento que vivenciam com menos tolerância episódios de racismo, principalmente por parte da polícia, e se percebem como "excluídos" da sociedade brasileira em termos econômicos. O contato com o rap acontece nesse momento. E para a maior parte, acontece por meio das novas redes de amigos.

Em segundo lugar, eles são levados a se matricular em escolas do centro da cidade, consideradas pelos pais como de melhor qualidade. Inscritos no ensino noturno, os jovens ingressam pela primeira vez no mundo do trabalho, com trabalhos sem carteira assinada, por curtos espaços de tempo. Afinal, a família aprecia uma ajuda, mas faz todos os sacrifícios para que eles continuem a se aplicar na escola. No entanto, as ocupações que encontram não os deixam muito animados: office-boy, entregador, ajudantes de serviços gerais, entre outros. Confrontados com isso e com a falta de professores e outros problemas na escola, os jovens logo percebem que não é muito seguro apostar num futuro melhor pela escolarização.

O ensino noturno os leva a passar toda noite pelo centro e logo começam a frequentar alguns bailes do circuito black nas noites de quinta e sexta-feira, montados em casas noturnas do centro da cidade, onde se encontram jovens de todas as regiões de Campinas. Às vezes, essas casas abrem espaço para grupos de hip hop, rappers, dançarinos de break, o que lhes interessa muito. É nesse ponto que o primeiro núcleo se forma. Quatro desses rapazes se encontram e resolvem montar um grupo de rap, acreditando, nesse momento, que essa poderia ser uma saída para um futuro melhor.

Montado o grupo, os jovens passam a ansiar por um espaço para se apresentar, sem muito sucesso. Os empresários que dominavam as casas noturnas passam rapidamente a ser vistos como grandes oponentes, uma vez que eles não chamavam os rappers campineiros para se apresentar, além de estarem mais preocupados em fazer bailes cheios e portanto lucrativos do que se comprometer especificamente com os rappers.

Ao fim dos anos 90 vários grupos de rap que circulavam pelas mesmas festas e que estavam insatisfeitos com o mercado de divulgação do rap de Campinas decidem se encontrar em espaços públicos como praças e ruas da região central da cidade com o objetivo de realizarem seus próprios eventos e divulgarem seu trabalho. Forma-se assim o primeiro grupo preocupado em

desenvolver ações coletivas que tivessem como finalidade apresentar suas canções, conquistar um público. Seu alvo eram jovens de grupos economicamente menos favorecidos.

É esse grupo ampliado, então, que vai criar, em 1997, a Associação Posse Rima e Cia.

No entanto, o simples fato de ter um objetivo comum não é suficiente para explicar a criação da associação.

É certo que constatamos entre eles uma identidade de posição social que poderia também ser tomada como o elemento explicativo central para a criação da associação: (i) são negros; (ii) oriundos de grupos economicamente desfavorecidos, mas que viveram uma pequena mobilidade social; (iii) receberam uma educação disciplinada, centrada numa moral baseada na dignidade, honestidade e trabalho; (iv) vivenciaram um contato precoce com um universo musical específico; (v) frustraram-se na sua dedicação à escola. É lícito supor que tudo isso ajuda a explicar a proximidade com o rap e o fato de terem considerado como possível e desejado investir no rap como uma saída para a busca de uma atividade mais prestigiosa do que as atividades profissionais encontradas.

Além disto, é certo que ocupavam uma posição dominada no circuito de divulgação do rap de Campinas. E é lícito supor que isso tenha lhes dado a oportunidade de se indignar em grupo e de reclamar em grupo, levando-os mesmo a tentar se apresentar nas praças do centro da cidade para fazer o seu próprio público.

No entanto, falta explicar de onde veio a idéia de criar uma associação que os levou a militar pelo rap nos moldes do movimento sindical. E a explicação para isso é dada por um encontro nada casual.

### *A institucionalização do agrupamento*

Em 1997, quando esse grupo de jovens passa a se encontrar para trocar informações, partilhar experiências sobre o universo do rap e pensar em maneiras de fazer seus próprios eventos, criando um movimento diferente nas praças do centro da cidade, principalmente à noite, o vereador Tiãozinho, recém-eleito pelo PT (Partido dos Trabalhadores), estabeleceu um contato com os rappers com o objetivo de construir um diálogo tanto com os setores do movimento negro quanto da juventude.

Isso aconteceu por demanda direta do movimento negro. Esse vereador havia iniciado sua militância no sindicato dos eletricitários de Campinas, em 1986. Filiou-se ao PT em 1989 e atuou de forma contínua na área dos Movimentos Populares, elegendose, em 1996, como vereador na cidade e tomando posse em 1997.

Nesse ponto da sua carreira de político profissional, a militância de Tiãozinho estava centrada no movimento de moradores de bairro do DIC (um grande bairro novo e muito populoso da cidade que não dispunha de infra-estrutura mínima) e na ação sindical (participando do sindicato dos eletricitários). Por ele ser negro, alguns militantes do movimento negro o procuraram para que seu mandato incluísse a questão racial como frente de intervenção.

Movido por essa situação, Tiãozinho adota de forma substantiva a questão racial como campo de atuação<sup>8</sup>.

Entre outras atividades, o vereador, por meio de uma senhora militante do PCdoB, vai até um desses eventos de rap organizados por aqueles jovens e conhece alguns grupos. Aproximando-se de três jovens, ele propõe aos grupos de rap dar suporte material para que pudessem organizar eventos de rap nos bairros de periferia da cidade. O que passa a acontecer de forma sistemática.

O que a aliança entre os rappers e vereador revela é o encontro objetivado entre posições sociais homólogas e a necessidade de ambos os lados se reunirem para alcançar seus objetivos. Tiãozinho, assim como a maioria dos jovens interessados em se inserir em um campo de divulgação de rap da cidade, é negro, de origem modesta, atuou em uma atividade profissional de pouco prestígio social (na área de eletricitários), além de ocupar no campo da política uma posição análoga aos jovens no campo cultural, ou seja, de grupos minoritários. Se, no campo da cultura, esses jovens não ocupavam uma posição que lhes permitisse se impor diante dos demais grupos, na

---

<sup>8</sup> Durante seu mandato o vereador Tiãozinho apresentou projetos e leis cujo foco era a questão racial. Na Assembléia Legislativa de São Paulo, como deputado estadual eleito em 2002 apresentou o projeto 817/03 que institui o Programa de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade e Cotas de Inclusão Racial no Estado de São Paulo; é autor PL 495/04 que destina 30% do total de vagas da administração pública estadual, direta ou indireta, para a população negra, e lei nº 11.549 que institui no âmbito do Estado de São Paulo, a “Semana de Solidariedade aos Povos Africanos”; também é co-autor do projeto de lei 530/04, que reserva 50% vagas na USP, Unesp e Unicamp para alunos negros, indígenas, carentes, oriundos da rede pública de ensino. Na sua página, encontra-se uma lista das suas propostas de lei: 1. A lei que institui a Lavagem da Escadaria Catedral Metropolitana de Campinas no calendário oficial da cidade; 2. instituições do Programa de Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às pessoas portadoras do Traço Falciforme e com Anemia; 4. inclusão no currículo da rede municipal de ensino, inclusive no Supletivo, na disciplina de história, matéria relativa ao Estudo do Negro na formação sócio, cultural brasileira; 5. lei de pluralidade ético-racial para as propagandas da administração direta ou indireta do município, 6. instituição do dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – como feriado municipal. (dados extraídos da página [http://www.ptcampinas.org.br/parlamentares/parlamentares\\_tiao.asp](http://www.ptcampinas.org.br/parlamentares/parlamentares_tiao.asp), acessada em junho de 2006).



política, Tiãozinho participa de uma corrente petista (Coletivo Socialista e Democrático) que só existe na cidade de Campinas e que, portanto, ocupa uma posição dominada no interior do partido.

As primeiras atividades que esse grupo de jovens desenvolveu com apoio do vereador foram eventos em bairros da periferia da cidade, utilizando espaços como associações de bairros e ONGs.

Distinguindo-se dos produtores de eventos já estabelecidos no campo de divulgação do rap, eles passam a desenvolver atividades de rap com fins sociais, como por exemplo, para ajudar instituições como abrigos de crianças ou idosos ou ONGs, arrecadando como valor de entrada alimentos ou agasalhos<sup>9</sup>. A apresentação artística era voluntária e o que era arrecadado funcionava como “ajuda” para aqueles que precisavam. Nesse momento a atuação funciona como uma atividade de “caridade”, um devotamento aos necessitados. Miro relata:

(...) a gente tinha um trabalho diferencial de todo mundo, porque a nossa praia era organizar evento, mais era organizar de verdade, assim, não era fazer um evento e chamar um monte de gente para tocar. (...) Na verdade, quando a gente começou, a gente falava assim: “Vamos fazer um evento na quebrada de tal fulano, vamos fazer um evento na quebrada de tal fulano.” E a coisa começou a tomar corpo, e aí a gente falou: “Não, vamos fazer evento beneficente para instituição tal, ONG tal, a casa dos aidéticos está precisando de ajuda, vamos lá.” (...) Mas, em contrapartida, unia o útil ao agradável, só que era tudo inconsciente. A consciência nossa era vamos tocar, como todo mundo que vinha para o movimento era para dançar, para grafitar e cantar, a gente queria cantar. Como não tinha espaço, o espaço que a gente arrumava era esse. A ONG cedia um palco, arrumava aparelhagem, a gente organizava o evento e fazia.

Ainda em 1997, Tiãozinho propõe a organização de um evento, chamado *Rap em Trânsito*, que passou a acontecer anualmente até 2004. O evento tinha duas frentes: uma dedicada a debates e discussão de temáticas. Assim, por exemplo, o tema central do primeiro evento foi *Racismo e Violência*<sup>10</sup>. Essa iniciativa representa um investimento na formação política desses jovens, especialmente em relação à questão racial. A outra frente, denominada “cultural”, consistia em convidar personalidades do movimento hip hop paulista e campineiro, também com o intuito de

<sup>9</sup> A oposição entre grupos e a luta entre concorrentes é um fator a ser considerado quando diferentes grupos lutam pela imposição de uma visão de mundo, ou seja, a luta pela imposição de uma nomeação ou categorização mais legítima (Bourdieu: 2000). No caso do hip hop e especificamente do grupo estudado dizer-se como um grupo comprometido com ações voltadas aos grupos mais privilegiados conferia-lhes um valor mais nobre de produzir hip hop, do que aqueles que estavam simplesmente preocupados em fazer suas apresentações.

<sup>10</sup> Nos anos seguintes as temáticas do evento foram: A origem do movimento Hip Hop da cidade de Campinas (1998), 500 anos de Brasil (1999), Violência. Já Sofreu! (2000), A velha escola do Hip Hop (2001), O que é o Hip Hop e as Faces da Violência (2002), Autonomia e Autogestão (2003) e propriedade intelectual e a influência no movimento Hip Hop (2004).

formar politicamente esses jovens e articulá-los com o hip hop mais dominante (no primeiro *Rap em Trânsito* foram convidados grupos como Thaíde e DJ Hum, Sistema Negro e 4 Bases).

Além disso, a aliança entre Tiãozinho e esses grupos de rap, garantiu, além da formação política e do suporte material para se apresentarem, a efetivação de contatos com militantes do movimento sindical, negro e partidário, socializando-os em um universo político que partilha de alguns códigos em comum, especialmente no que se refere ao modo de estruturar suas entidades.

Com o tempo, o próprio caráter “social” do agrupamento foi dando espaço a outro tipo de identidade, um que valorizasse o debate, a discussão, a formação política. Nesse processo de mutação da ação militante, outros tipos de capital militante passam a ser valorizados, como a organização, as regras, saber falar, escrever, dominar conhecimentos escolares, mobilizar e aglutinar pessoas.

À medida que os jovens iam incorporando os modos de agir e pensar próprios dessas organizações outras mudanças se operam no modo de militar. Se, inicialmente, os encontros eram conversas informais sobre suas afinidades em comum, após esse contato com a militância institucionalizada eles passam a construir um discurso e uma forma de interação parecida com as das organizações sindicais e partidárias.

Mas, com o tempo não foram apenas os jovens que incorporam os códigos do vereador Tiãozinho, ele próprio incorporou os jovens do movimento hip hop em seu gabinete, criando uma fusão entre o espaço político e os rappers. Uma ação que concretiza essa fusão é quando Tiãozinho tira da sua assessoria um membro do movimento negro e contrata uma jovem da associação para substituí-lo.

Essa integração entre políticos e hip hop não foi uma prática restrita a Campinas. Em São Paulo, Guasco (2001, p. 27) ao tratar do grupo Movimento Hip Hop Organizado (MH2O) relata a participação dos jovens dessa organização no gabinete de um vereador petista, ou como funcionários ou como “negociadores” entre o rap e partidos como PT e o PCdoB, citando, como exemplo, o caso de Milton Sales, empresário do grupo de rap *Racionais* que é reconhecido nacionalmente. Esses antecedentes contribuíram para que os jovens de Campinas percebessem a aliança entre hip hop e política partidária como viável e aceita no movimento hip hop.

O MH2O, que expandiu sua organização para outras regiões do país, manteve uma estreita ligação entre hip hop e os partidos de esquerda no campo da política profissional (Félix, 2000). No

Ceará, os participantes do MH2O se aproximaram de partidos políticos como PART (Partido da Revolução dos Trabalhadores) e PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), ou agrupamentos como Juventude Vermelha (Ibid., p.295).

A aliança entre hip hop e partidos de esquerda parece mais se apoiar numa coligação por homologia, já que, no campo da política, o PT, oferece como produtos políticos referências identitárias como trabalhadores, pobres, grupos étnicos minoritários, que vão ao encontro das identificações acionadas pelos membros do hip hop.

A aliança entre esses grupos de rap e o vereador Tiãozinho favoreceu o crescimento e organização do agrupamento que mais tarde se institucionalizou como uma associação de rappers. A institucionalização demarcou a passagem de um espaço de sociabilidade livre de obrigações para o desenvolvimento de atividades reguladas e regradas pelo próprio grupo. Investir nesse tipo de obrigação está relacionado às disposições que esses jovens, que foram socializados para atividades disciplinadas e regradas tiveram, conforme vimos anteriormente.

Em 1998, um ano após o contato com o vereador Tiãozinho e a realização de alguns eventos em bairros da periferia de Campinas patrocinado por este (eventos que passaram a ser chamado Rota do Rap – Periferia tem Solução, Rap em Trânsito) é fundada a associação de rappers que recebeu o nome de *Posse Rima & Cia*.

A formação da posse marcou um duplo movimento. De um lado, significou a institucionalização do agrupamento, que especializou suas tarefas, definiu papéis no interior do grupo e regras de funcionamento. De outro lado, marcou a ampliação do número de membros e de agregados à associação.

Várias mudanças aconteceram nesse processo. Se, inicialmente, o número de pessoas era pequeno, com o tempo os encontros passaram a reunir cerca de 70 grupos de rap, ou seja, aproximadamente 200 jovens da cidade e região. As reuniões que, no início, aconteciam nas ruas e praças, posteriormente passaram a ocupar salas de sindicatos, o gabinete do vereador ou mesmo espaços oficiais como o Palácio dos Azulejos, que abriga o Museu da Imagem e Som da cidade. As conversas livres e informais foram substituídas por reuniões com pauta, inscrição de fala, votação, registro em ata.

Como desde o princípio o grupo se opôs aos empresários que dominavam o circuito de divulgação do rap, o discurso da associação era criar um espaço democrático em que qualquer

grupo de rap pudesse participar. Entretanto, para a participação foram estabelecidas algumas regras e acordos no interior do grupo. Um dos exemplo das regras é a definição de um número mínimo de participação em reuniões para poder participar do sorteio que definiria quais grupos iriam se apresentar em cada evento. Mais que grupos de rap, eles passam a se declarar como parte de um movimento.

Um passo importante que marca a institucionalização do agrupamento, concretizando judicialmente as regras estabelecidas, foi a organização de um estatuto, feito com a ajuda de um advogado indicado pelo vereador Tiãozinho.

No estatuto se concretiza a divisão do trabalho militante, que até então acontecia informalmente. Preocupados em não construírem posições hierárquicas no grupo, eles decidem montar a associação com uma coordenação colegiada, ou seja, sem presidente, impossibilitando assim a personificação de um líder. O que a formatação burocrática não pode impedir foi a própria divisão estabelecida no dia-a-dia do trabalho militante, que permitiu a alguns membros ganhar autoridade no interior do grupo, tornando-se porta-vozes oficiais. Essa posição de liderança e porta-voz na associação acontece em homologia à posição de coordenadores da posse, e ao mesmo tempo é assumida ou pelos jovens mais escolarizados ou que conquistaram, especialmente pela capacidade oratória, destaque e prestígio diante dos demais rappers que agiam como simples “atuantes” (ainda que os entrevistados justifiquem que a coordenação era uma relação bastante informal).

Com este modo de organização da associação, a divisão do trabalho militante acaba operando uma separação e distinção interna. Há aqueles militantes que participam da associação para tocar, panfletar ou emprestar equipamentos de som e outros que organizam a associação, ou seja, que escrevem os panfletos, entram em contato com a assessoria do gabinete do Tiãozinho, ou com os sindicalistas para levantar recursos financeiros e materiais, tomando o papel de dirigir e registrar as reuniões, assim como representar a associação.

A Posse Rima & Cia, com o apoio do vereador, teve sucesso em suas ações. A partir dos eventos e da possibilidade de grupos poucos conhecidos terem a oportunidade de tocar, o número de aderentes aumentou e a associação ganhou visibilidade tanto no cenário de divulgação do rap, quanto diante dos sindicatos e do PT, que via o grupo paulatinamente crescendo.

Os organizadores da associação investiram nessa ampliação da associação. Por exemplo, em 1998, o evento Rap em Trânsito incorporou os dançarinos de break e grafiteiros no debate e na realização de oficinas.

A aproximação era desejada tanto por Tiãozinho que, aglutinado em seus eventos jovens do break e do grafite, possivelmente aumentava sua base política, quanto para os jovens da Posse Rima & Cia, que aumentariam o número de participantes e atividades em eventos, crescendo proporcionalmente o seu prestígio como grupo tanto aos olhos dos apreciadores de rap e do hip hop, quanto dos políticos, sindicalistas e militantes do movimento negro e do PT.

Pareceu viável que aquele grupo, que atuava apenas em ações do rap, ampliasse suas atividades sob a denominação de hip hop, dando maior visibilidade para o grupo que passa a se entender como parte do movimento hip hop.

Nesse período, as próprias produções bibliográficas sobre o tema já apresentavam o break, o grafite e o rap como segmentos do movimento hip hop<sup>11</sup>, assim como havia espaços como A Casa de Cultura de Diadema e a posse Hausa de São Bernardo do Campo desenvolvendo atividades com todos segmentos do hip hop (Andrade, 1996).

Para os dançarinos de break, assim como para os grafiteiros, estabelecer contato com a Posse Rima & Cia e com o vereador, permitia algumas estabilidade e oportunidades que não tinham até então, inclusive de obterem maior visibilidade por participarem dos eventos organizados por estes.

Apesar da trajetória de entrada dos jovens no break e no grafite ser distinta dos rappers, assim como a dinâmica da própria atividade envolvida, algumas características favoreceram a aliança. O próprio caminho bem sucedido de organização dos rappers, contribuiu para que os dançarinos de break e os grafiteiros passassem a ter atividades unificadas.

Partilhar de uma mesma localização geográfica, ou seja, escolherem o centro da cidade como lugar de encontro, bem como ter redes de amizade em comum, possibilitou a unificação entre esses grupos. A formação de um circuito no centro da cidade, criado pelos jovens da periferia, aponta para um uso político da cidade, na medida em que compartilham determinadas práticas e exploram uma determinada configuração do espaço urbano.

---

<sup>11</sup> Ver Andrade (1996, 1999), Herschmann (1997). Segundo a organização chamada Zulu Nation, que tem o hip hop como uma das frentes de intervenção, Afrika Bambaataa, o fundador da organização, reuniu esses elementos sob tal denominação e passou a comemorar o aniversário do hip hop no 12 de novembro de 1974. (ver **Improviso**. Informativo do Movimento Hip Hop. Editorial. no. 1, novembro de 2003, Campinas).

A aproximação tardia do vereador com o break e o grafite permite levantar como hipótese a idéia de que o rap, por se utilizar das palavras e do recurso oral para se manifestar, utiliza-se de recursos mais próximos que a política profissional (por exemplo o universo da escrita e da oralidade) do que as demais manifestações.

### *O engajamento na militância eleitoral*

O momento das eleições municipais da cidade materializou a aliança entre Tiãozinho e esse grupo de jovens do hip hop.

Para compreender o apoio do hip hop ao PT, será trabalhado, em dois itens, duas questões que favoreceram o engajamento desses jovens nas eleições municipais. De um lado abordaremos o processo de recrutamento do partido para as eleições municipais, que esteve pautado na formação política desses jovens por iniciativa do gabinete do vereador Tiãozinho. De outro lado, trabalharemos o processo de retribuição militante que alinhavou a fidelidade dos jovens ao vereador.

Num terceiro item, tentaremos mostrar como a fidelização do Movimento hip hop encabeçado por esse grupo materializa fraturas antigas no interior do hip hop de Campinas, já presentes nos momentos anteriores à fundação da Posse Rima & Cia.

A disputa entre os dois grupos demonstra que a relação entre os jovens e os políticos não é apenas uma aproximação pelas relações que se dão no interior do campo da política, mas também é fruto das próprias disputas no interior do hip hop.

Essas questões permitem discutir o fato de que a aproximação do hip hop com a política partidária parece ter sido uma saída tanto para os partidos, especialmente os de esquerda, que buscavam o recrutamento desse tipo de jovem, quanto para os próprios jovens que, desprovidos de recursos econômicos, culturais e sociais, viram nessa aliança um meio de exercerem sua prática com certo suporte.

#### *a) O processo de reconversão da formação militante associativa na militância eleitoral*

Quando, em 2000, chegou o momento das campanhas eleitorais, a relação entre rappers, dançarinos de break e grafiteiros e o vereador Tiãozinho era estreita, de forma que alguns jovens,

especialmente as lideranças da Posse Rima & Cia (Alessandro, Joãozinho, Miro e Samara), se filiaram ao Partido dos Trabalhadores.

A participação de vários grupos de rap, grafiteiros e dançarinos de break na campanha do vereador Tiãozinho representava a reafirmação dos laços que vinham desenvolvendo desde 1997. Ao longo desses quatro anos, Tiãozinho havia investido tanto na formação política quanto no suporte material desse grupo que se tornou sua base eleitoral. Por outro lado, os jovens que se aproximaram do vereador viam na reeleição do candidato uma forma de garantir material e simbolicamente as atividades que vinham desenvolvendo com o hip hop.

Atraídos pelo principal capital político do vereador, a credibilidade, aqueles que não eram filiados ao partido também assumiram sua campanha. Artur que é rapper e entrou por volta de 1999 na Posse Rima & Cia, tornando-se posteriormente um coordenador, mas não se filiando ao PT, conta porque se envolveu na campanha do vereador. *“Eu acho que pela questão da aproximação, por acreditar que seria possível no momento trabalhar junto a política partidária com o hip hop.”*

A percepção de que a atividade que vinha desenvolvendo no hip hop tinha uma proximidade com a militância política partidária foi construída ao longo do tempo, especialmente no contato com militantes mais experientes: *“inclusive quem falava no PT pelo hip hop era o Alessandro, então ele tinha uma certa influência lá dentro, era o cara do hip hop no PT”*, conta.

Aos poucos, os jovens passam a se perceber como militantes da política partidária, engajando-se, por exemplo, nas eleições municipais.

Como as atividades do hip hop aglutinavam um número grande de jovens, eles passaram a ganhar visibilidade no interior do partido, pois podiam representar uma numerosa base eleitoral. Além disso, como militantes já razoavelmente treinados pelas discussões e proximidade com o sindicato e com o partido político, esses jovens dominavam alguns saberes que eram necessários na militância eleitoral.

O acúmulo de um capital militante, tal como mobilizar, aglutinar pessoas, redigir panfletos, criar estratégia de divulgação já fazia parte da experiência com a Posse Rima & Cia, favorecendo a entrada desses jovens nas atividades desenvolvidas durante as eleições. Da mesma maneira, as disposições sociais mencionadas anteriormente, ou seja, uma socialização que favorecesse ordem e disciplina, e uma pulsão pela ascensão social, também contribuíram para que esses jovens, ou pelo

menos as lideranças, aceitassem a lógica de submissão aos valores, hierarquias e censuras próprias da estrutura dos partidos políticos.

Além do saber militante acumulado, dado pela formação política ao longo dos anos em que estiveram associados a Tiãozinho, o conjunto de retribuições materiais e simbólicas garantidas pelo “mandato” favoreceu a entrada de alguns jovens que atuavam com o vereador na campanha para as eleições municipais.

*b) Retribuição militante e a aliança objetivada entre hip hop e o PT*

A retribuição militante é um fator a ser considerado na permanência tanto do militante junto ao partido quanto na relação entre o partido com os demais partidos na luta pela conquista do poder público.

Segundo Gaxie (1977), há três tipos de intervenções que os partidos assumem para atuar frente às eleições: (i) a contratação de agentes exteriores, ou seja, profissionais, sendo essa frequentemente uma ação dos partidos de quadros que tem recursos financeiros; (ii) a manutenção de postos permanentes no partido, com recursos de contribuição ou do patronato e (iii) o recrutamento de militantes, que é uma prática comum dos partidos de massa que, desprovidos de recursos materiais, criam diversas estratégias de retribuição como postos, empregos ou satisfações pessoais (relativas a integração em um grupo, criação de rede de relações de lazer, amizade, matrimônio, ou mesmo ao contentamento obtido pelo devotamento a uma causa).

Enquadrando-se nesse último caso, o PT de Campinas não escapa à lógica de recrutamento dos militantes para as eleições. Uma das primeiras retribuições exigidas pelas lideranças do hip hop, foi o apoio a projetos referentes às atividades culturais em espaços públicos no centro da cidade, o que significava uma canalização de recursos nessa direção.

No entanto, não podemos dizer que o engajamento na militância eleitoral se deu apenas pelas retribuições materiais que o PT poderia oferecer, até porque o número de militantes geralmente é superior à quantidade de retribuições econômicas ou materiais de que o partido disporia. Existem outras retribuições de ordem simbólicas.

O orgulho da militância devotada, que tem uma marca pessoal que define o indivíduo como um sujeito diferenciado, diante de alguns grupos não deixa de ser uma forma de retribuição, assim



como a própria identificação com o vereador que, de uma origem social semelhante à deles, ascendeu socialmente no campo da política.

Uma das falas de Alessandro mostra uma identificação com o vereador e o orgulho que ele sente das relações pessoais estabelecidas com aquele que se apresenta como igual. Da mesma maneira como o sentimento de orgulho de Ciro em fazer campanha e eleger seu candidato, que é a pessoa a qual ele se identifica, demonstra que o partido mais do que relações propriamente ideológicas é um locus de relações de amizade e confiança capaz de mobilizar recursos políticos.

Porém o engajamento dos jovens do hip hop no PT durante as eleições municipais, além das questões relativas a própria lógica da luta entre os partidos pela conquista de poder, tem uma outra faceta, que diz respeito à luta no interior do hip hop para garantir tanto condições materiais de manter suas atividades quanto uma posição que permitisse impor uma visão dominante sobre o que é militância no hip hop. É a disputa entre esses dois grupos de hip hop que o próximo item vai abordar.

### *c) A disputa partidária e a concorrência no interior do hip hop*

Em 1997, quando o grupo de rappers que fundou a Posse Rima & Cia não tinha espaço para divulgar seu trabalho, Niasha, que era um pouco mais velho do que a maioria das lideranças que montaram a associação, já estava consolidado no campo de divulgação de rap, realizando seus próprios eventos.

Nesse período, Niasha já era militante do PCdoB, tendo chegando ao partido via militância estudantil. Ao longo desses 4 anos (1997-2000), Niasha foi presidente do grêmio e da UCES (União Campineira de Estudantes Secundaristas), já havia escrito dois livros (um publicado independentemente e outro financiado pela UNE – União Nacional dos Estudantes), fazia um programa em uma rádio reconhecida por tocar rap (105 FM), havia participado do movimento negro e tinha sido convidado para participar de um programa televisivo da MTV como debatedor.

O PCdoB se aproximou do hip hop, via movimento estudantil, um pouco antes que o PT, sendo uma aliança que parece ter sido visualizada por vários partidos de esquerda no período.

A aproximação de Niasha com o partido político foi diferente da dos rappers, pois ele entrou no PCdoB por atuar no movimento estudantil. Como ele também era membro do hip hop essa característica favorecia o anseio do partido em recrutá-lo para como militante.

Quando em 2000, chega o momento das eleições municipais, Niasha, que atuava com o setor da juventude, tanto do hip hop quanto do movimento estudantil, sendo umas das principais lideranças, lança-se como candidato a vereador pelo PCdoB.

A fim de construir sua campanha eleitoral, ele convida Tom, um rapper com 31 anos de idade no período, para aglutinar jovens rappers e montar uma base para sua campanha.

A fala de Tim mostra que a organização da Força Cultural Hip Hop que foi montada para a campanha de Niasha estava orientada para se opor a Posse Rima & Cia, que em 2000 era um grupo que tinha conquistado espaço no interior do hip hop, com o apoio do PT.

Os dois grupos que antes disputavam espaço na divulgação do rap e dos eventos de hip hop passam a se enfrentar no campo da disputa eleitoral, com a diferença que, a situação dos jovens da Posse Rima & Cia havia mudado ao longo do período de 1997 a 2000. Com os recursos materiais e simbólicos oriundos da associação com Tiãozinho e com o PT o equilíbrio se alterava, assim, em favor da Posse Rima & Cia.

Em virtude da fragilidade de ambos os grupos do hip hop que dependiam dos partidos políticos para efetivarem suas práticas, a disputa era acirrada, de forma que os grupos procuravam discursos diferentes para se posicionarem, principalmente quanto ao discurso sobre o hip hop. Ao mesmo tempo, no entanto, a disputa entre os grupos cria uma relação de interdependência entre eles, de forma que um legitima a posição do outro no interior do hip hop.

As críticas, maledicências, acusações não são economizadas, manifestando-se como formas de categorização e explicitação das lutas, objetivando, pela nomeação, posições e visões de mundo distintas e concorrentes.

Assim como Alessandro colocava-se em uma posição distinta da do Niasha, o próprio Niasha monta, a partir da organização Força Cultural Hip Hop, um discurso para se diferenciar da Rima & Cia. No meio tempo, ambos os grupos levam grupos de rap para se apresentar nos comícios de um e do outro partido.

Ted, que circulou pelos mesmos bailes que Miro, Alessandro, Samara e Joãozinho, tinha na época 18 anos e participava do grupo Conceito Real. Ele militou durante as eleições com o Niasha, levado por uma integrante de seu grupo que o conhecia. Em 2001 ele passa a atuar junto com a Posse Rima & Cia.

Entretanto, Niasha conseguiu que alguns jovens se filiassem ao PCdoB especialmente pelas retribuições materiais que ele poderia oferecer caso se elegeisse.

Os laços de Tom com o PCdoB são frágeis. Tim cursou apenas até a sétima série do ensino fundamental e, trabalhando em atividades de pouca estabilidade, enxergou a filiação e a aproximação mais como possibilidades materiais que o partido poderia oferecer, do que como mobilização ideológica.

Como uma forma de aglutinar jovens do hip hop para as campanhas de vereador, tanto Tiãozinho quanto Niasha organizaram a gravação de CDs. Em 2000, Tiãozinho financiou a gravação de um CD de alguns grupos da Posse Rima & Cia. Nessa mesma época, Shetara também convidou alguns grupos de rap para gravar um CD de rap, financiado pela UJS (União da Juventude Socialista, ligada ao PCdoB).

As relações pessoais também favoreciam a participação de alguns jovens no grupo organizado por Niasha. Por exemplo, o grupo de Ted, chamado Conceito Real, foi convidado por Niasha para gravar uma faixa no CD, porque uma das integrantes do grupo o conhecia.

Nesse ano, PT e PCdoB não se coligaram para as campanhas eleitorais, em parte pela própria candidatura de vereadores que eram rivais em suas entidades fora do partido. Nas instâncias partidárias do PT foi votada e vencida a proposta de não coligar com o PCdoB nas eleições municipais. Segundo militantes do PT, a rivalidade existente entre sindicalistas ou mesmo militantes do hip hop em suas instâncias de atuação contribuiu para que a aliança entre os partidos não acontecesse.

A disputa, durante as eleições, entre os dois grupos do hip hop foi anunciada no jornal Correio Popular de 13 de agosto de 2000, quando foram publicadas duas matérias dedicadas ao apoio do hip hop aos candidatos.

Ao final, o resultado foi favorável aos militantes da Posse Rima & Cia e os dançarinos de break e grafiteiros que atuavam junto com o grupo, pois Toninho, candidato do PT, venceu as eleições para prefeito da cidade e Tiãozinho se reelegeu como vereador, tendo sido o nono vereador mais votado com 7.694 votos, e tornando-se presidente da Câmara Municipal. Niasha não conseguiu se eleger para o cargo de vereador, mas conseguiu 3.138 votos e saiu como suplente em trigésimo segundo lugar.

O resultado das eleições alterou as demandas e a atuação dos jovens da Posse Rima & Cia, da UGCR e dos dançarinos de break que atuavam junto com eles. Com a entrada do PT no poder esses jovens passam a lutar pela inserção do hip hop como parte das políticas públicas da cidade conforme Toninho e Tiãozinho haviam prometido em sua campanha.

Com o PT no poder esse grupo de militantes do movimento hip hop teve que efetuar novas mudanças na sua maneira de militar, para assim poderem concretizar suas reivindicações.

## Considerações finais

Sem pretender retomar o argumento desenvolvido nesse texto em todas suas minúcias, achamos importante apenas frisar esse aspecto essencial sobre as organizações militantes que nem sempre é suficientemente levado em consideração: o fato de que o seu surgimento não é uma obra do acaso e nem pode ser explicado apenas pela pulsão de seus membros.

Ao contrário, como a pesquisa sobre os jovens militantes do movimento hip hop de Campinas permitiu mostrar, a transformação de atitudes e disposições para o protesto em ações efetivas de intervenção organizada no espaço político não está disponível para qualquer um, mas é, antes, o resultado de um trabalho minucioso que os profissionais da política tomam como sua responsabilidade incentivar.

A nosso ver, esse tipo de estudo, além de ajudar a compreender melhor os desdobramentos de processos políticos variados, nos oferece a possibilidade de compreender com maior precisão, a maneira como funciona o espaço político, sua organização e os recursos que ali são mobilizados.

## Referências

- Berry, Jeffrey M. (1993), "Citizen Groups and The Changing Nature of Interest Group Politics in America", *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, vol. 521 Citizens, Protest, and Democracy: 30-41.
- Bourdieu, Pierre (2000a), "Espaço social e gênese das classes", in pp. 133-154, *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (2000b), "A representação política: elementos para uma teoria do campo político", in pp. 163-206, *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Knocke, David (1986), "Associations and Interest Groups", *Annual Review of Sociology*, 12:1-21.
- McFarlane, Andrew S. (1991), "Interest Groups and Political Time: Cycles in America", *British Journal of Political Science*, 21 (3): 257-284.
- Offerlé, Michel (2004), "Los partidos políticos", in *Política*, 43: 337-347.
- Sawicki, Frédéric (2003), "Les temps de l'engagement: à propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement", in Jacques Lagroye, *La politisation*, Paris: Belin.
- Truman, David B. (1951), *The Governmental Process*, New York: Knopf.